*Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*
*ISBN: 978-85-7205-159-0*

# O Papel de Getúlio Vargas na elaboração de uma Diplomacia Cultural para a América Latina, após os anos 30

Maria Margarida C Nepomuceno
Doutora pelo PROLAM/USP
margaridacn@usp.br

**Resumo:** Os intercâmbios culturais entre os países da América Latina eram iniciativas isoladas de setores do governo brasileiro e correspondiam, quase sempre, a demandas específicas de indivíduos ou universidades. Esse era o quadro até 1930. Com Getúlio Vargas, os intercâmbios ampliaram-se e tornaram-se parte de um programa de cooperação cultural na América Latina conhecido por Missão Cultural Brasileira. Constituída por diplomatas, educadores e intelectuais, as missões contribuíram para levar aos países, inicialmente da Região do Prata, propostas de organização cultural compartilhada em torno da criação de institutos culturais que ensinassem o idioma Português e difundissem a cultura brasileira.

**Palavras-chave**: Missões Culturais Brasileiras; Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro; Conferências Pan-americanas; Diplomacia Cultural; Getúlio Vargas; América Latina.

**Resumen:** Los intercambios culturales entre los países de América Latina eran iniciativas aisladas de sectores del gobierno brasileño y correspondían, casi siempre, a solicitudes específicas de individuos o universidades. Esa fue la situación hasta 1930. Con Getúlio Vargas, los intercambios se ampliaron y se tornaron parte de un programa de cooperación cultural en América Latina conocido por Misión Cultural Brasileña. Compuesta por diplomáticos, educadores e intelectuales, las misiones contribuyeron para llevar a los países, inicialmente los de la Región del Plata, propuestas de organización cultural compartida en torno a la creación de institutos culturales que enseñasen el idioma Portugués y difundiesen la cultura brasileña.

**Palabras-clave:** Misiones Culturales Brasileñas; Instituto Cultural Uruguayo-Brasileño; Conferencias Panamericanas; Diplomacia Cultural; Getúlio Vargas; América Latina.

Durante a presidência de Getúlio Vargas teve início uma reorganização no Ministério das Relações Exteriores e a articulação de um programa cultural voltado para os países da América Latina denominado Missões Culturais Brasileiras. Desenvolvemos o presente estudo no sentido de responder sobre as razões que levaram o governo varguista a promover consideráveis reformas na estrutura de seu ministério, para implantar um programa de intercâmbio cultural sistemático em países da América Latina

*ISBN: 978-85-7205-159-0*

a partir do Uruguai, por um lado. Refletimos e mapeamos as diferentes modalidades de cooperação que surgiram nesse momento entre Brasil e países da América Latina, em especial no Uruguai, de formação de agrupamentos sociais que foram além dos acordos entre governos.

As primeiras experiências de cooperação cultural entre os governos do Brasil e Uruguai iniciaram-se com os intercâmbios entre professores, estudantes e técnicos. Eram, todavia, ações isoladas que beneficiavam segmentos restritos da sociedade. Com a participação do país nas Conferências Pan-americanas, aumentaram-se as possibilidades e a eficiência em torno dessa prática cultural e ampliaram-se as atividades de cooperação cultural do Brasil na América Latina. No ambiente das conferências, uma agenda extremamente diversificada na área cultural aproximou os países em torno de questões que contribuíram para definir políticas de aproximação e de cooperação entre eles. Foram assinados dezenas de acordos, sugeridas e recomendadas inúmeras atividades pedagógicas e culturais e encaminhadas as resoluções para a formação de bibliotecas nacionais e interamericanas; a revisão do ensino da História e da Geografia; instaurar políticas de proteção e difusão das manifestações culturais dos povos indígenas; implantar o ensino dos idiomas dos países americanos nas redes públicas de ensino; para criar cidades universitárias e cátedras de estudos americanos nas universidades nacionais; editar livros nos idiomas dos países das Conferências; para criar institutos de cultura e até mesmo uma grande universidade interamericana, com sede no Panamá, foi projetada para que reunisse todos os países em torno de um único projeto educativo (Ler mais em DULCI, 2013)

As Conferências Pan-americanas lançaram as bases de uma rede de ações culturais e proporcionou condições e suportes jurídicos e institucionais, como a instituição da União Pan-americana, para reunir, com certa regularidade, a totalidade dos países da América em torno de interesses e necessidades comuns.

## As primeiras diretrizes do Governo Getúlio Vargas para formar uma rede cultural

Analisaremos as reformas promovidas no Ministério das Relações Exteriores no início do governo Getúlio Vargas e a criação da Divisão de Cooperação Intelectual, no contexto da política externa brasileira para a América Latina. Analisaremos também as circulares dos ministros dirigidas aos integrantes do corpo diplomático em trânsito em países da América Latina, as quais informam sobre as mudanças no Ministério e orientam as tarefas de intercâmbio intelectual entre Brasil e países. Essas primeiras circulares, de 1934 e 1937, irão definir a composição das missões culturais, bem como de suas tarefas principais.

*ISBN: 978-85-7205-159-0*

A Circular Ministerial de 16 de junho de 1937 redefine as atribuições do Serviço de Cooperação Intelectual, mobilizando as missões diplomáticas no exterior para se dedicarem a fazer um mapeamento de instituições culturais, escritores, jornalistas, cientistas e demais intelectuais, do Brasil e de países do exterior, com interesses "nas coisas brasileiras".

É importante salientar, no âmbito das reformas ocorridas no Ministério das Relações Exteriores,[1] que o período compreendido entre 1930 a 1937, segundo o historiador Jaime Pinsky (1988, p. 340), não trouxe grandes mudanças na política externa brasileira. Para Pinsky, o primeiro-ministro das Relações Exteriores pós Revolução, Afrânio de Melo Franco– de cuidar dos problemas de fronteiras e de pendências entre países – sem grandes sobressaltos, não acrescentando nada de substancial a esses propósitos.

Essa análise difere da formulada por Gerson Moura (1980, p. 576), para quem a política externa nesse momento não era uma mera continuidade da política da República Velha, mas também não se definia como uma política de ruptura: "Tratava-se muito mais de uma redefinição: limitada pela posição do país diante dos grandes sistemas de poder, mas ao mesmo tempo vantajosa pelos ganhos que soube obter no processo" (MOURA, 1980, p. 576).

Para o historiador, foi justamente nesse período entre guerras, de desestruturação internacional dos sistemas de poder e de realinhamento dos países, que o Brasil avançou dentro das possibilidades de negociação de suas demandas internas e rearticulou a política externa, equilibrando-se na tênue linha que separava a dependência da autonomia.

É nesse contexto, de reajustes internos e externos, que reformas importantes serão registradas no Ministério das Relações Exteriores, e, particularmente, no âmbito cultural, área que nos interessa para o presente estudo.

A reforma de 1934 no Ministério das Relações Exteriores, a primeira medida tomada pelo já eleito presidente Vargas,[2] promoveu as primeiras mudanças no caminho da sistematização dos intercâmbios e acordos culturais do Brasil com os demais países, além de definir melhor as atribuições desse setor ministerial.

[1] Reformas que resultaram na criação da Divisão de Cooperação Cultural, fato que muito interessa a este estudo.
[2] Após a votação da nova Constituição de 1934, deu-se a eleição de Vargas para presidente, por via indireta. Vargas foi eleito por 175 votos pela Assembleia Nacional Constituinte.

*ISBN: 978-85-7205-159-0*

Ao redefinir as novas funções do Serviço de Cooperação Intelectual, o governo de Getúlio Vargas demonstrou o empenho de construir uma política cultural ampla e sistemática que deveria ser liderada pela diplomacia brasileira em países onde o Brasil tinha maiores interesses[3]. Iniciou-se a estruturação de um serviço diplomático que já era prestado no exterior de forma incipiente, marcando o início de uma ação cultural estruturada e permanente do governo Vargas em países onde havia representação diplomática do Brasil.

Diante dessas mudanças, os intelectuais passaram a surgir como peças importantes à consecução dos propósitos do governo Vargas. A circular conclamava a todos agentes diplomáticos que organizassem em seus países de atuação um mapeamento de professores, escritores, artistas e outros intelectuais com simpatias e interesses no Brasil, e que, somado ao "fichário" de intelectuais brasileiros, constituiria um instrumento fundamental de trabalho do Serviço de Cooperação Intelectual. O mapeamento deveria ser completo, constando a produção bibliográfica ou jornalística dos indicados, os assuntos por eles abordados, bem como as informações de relevância sobre as tendências políticas dos intelectuais. Recomendava-se ainda a indicação de material literário, de circulação regular ou não, que tratasse de assuntos ibero-americanos. As publicações que se referissem a temas brasileiros, por meio de artigos, notas ou "simples alusão", deveriam ser encaminhadas com três cópias à Secretaria do Estado, bem como recortes de jornais publicados no exterior. Esclarece ainda a circular que o material seria estudado e encaminhado, "conforme aconselham as conveniências da cooperação intelectual (imprensa local, organismos de cultura, associações, personalidades, etc.)" (FUNAG, pg10).

Enfim, o MRE, por intermédio de sua Secretaria de Estado, comprometia-se a fornecer todo o apoio necessário ao bom desempenho das missões. A sexta e última orientação da Circular nº 903, (de 1934), enfatiza: "só o conhecimento de tudo quanto se escreva a respeito da vida social e mental do Brasil permitirá ao Serviço de Cooperação Intelectual cumprir praticamente com o seu programa, que é inútil encarecer" (FUNAG, p.10).

A reforma de 1937 (Circular nº 126 de 11 de novembro) redimensionou essa política cultural internacional e estando a dois meses da instauração do Estado Novo, o governo está preocupado com o mapeamento dos intelectuais com os quais poderia contar, no Brasil e em países onde possuísse

[3] As reformas no Ministério das Relações Exteriores farão parte de um planejamento geral do governo de Getúlio, que seria desencadeado um ano mais tarde, para promover uma racionalização da administração pública e de certa forma interromper a constituição de uma administração patrimonialista que se formou ao longo do Império e dos governos subsequentes. O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi criado para esse fim, em 1938. Cf. DULCI, 2013, p. 24.

*ISBN: 978-85-7205-159-0*

representação, e, de acordo com o exposto, pretendeu-se ampliar esses serviços para os demais países com os quais havia possibilidade de manter atividades de cooperação.

Não há uma observação específica sobre determinado país. A circular era destinada a todas as legações, consulados ou embaixadas do Brasil no exterior. Entretanto, se considerarmos o contexto de competição entre os países da região, para a conquista da preeminência econômica e política diante das vantagens de uma aliança com os EUA, concluiremos que essa última recomendação referida – que determinava a atenção irrestrita ao que fosse falado do Brasil no exterior – destinava-se, sobretudo, a impedir que a Argentina disseminasse uma contrapropaganda sobre o Brasil e suplantasse os interesses brasileiros naquele país. Pode-se notar essa preocupação nas observações dos diplomatas em correspondências ao Brasil.

Em 31 de agosto de 1937, Osvaldo Aranha escreveu uma carta de 11 páginas para Getúlio Vargas, de Washington, onde se encontrava como embaixador do governo brasileiro, expressando a sua preocupação com a formação da opinião pública dos americanos sobre a imagem do Brasil:

> (...) temos que promover nesse país uma ofensiva no sentido de conquistar a sua opinião (dos EUA), porque é inútil ou quase ineficaz a conquista de seu governo. Se o Brasil não se decidir a fazer essa conquista, poderá, aqui, usufruir apenas de condições comerciais favoráveis, mas não deve, sob penas de arriscar a sorte de seu destino político, contar com os Estados Unidos para as demais eventualidades que terá que enfrentar, quer para deter as cobiças internacionais, quer para deter as rivalidades e ambições sul-americanas.
>
> (...) As grandes potências possuem aqui serviço permanente de propaganda, feitos por órgãos especializados de funcionamento discreto e eficiente e destinado a criar ambiente propício às atividades e objetivos de seus respectivos governos em todas as esferas da vida americana. Só a diplomacia não garante esse trabalho (ARANHA, 1937).

Osvaldo Aranha garante nessa carta que o Brasil precisa se esforçar mais para defender seus interesses, e a única fórmula continental conveniente ao país, segundo o chanceler, "é garantir a preeminência dos Estados Unidos em troca de seu reconhecimento da nossa supremacia na América do Sul" (ARANHA, 1937).

A pesquisa de Lindercy Souza Lins sobre a propaganda brasileira nos EUA entre os anos 1930 e 1940 (SOUZA LINS, 2013) revela que a Argentina, a principal concorrente do Brasil na guerra comercial, já possuía uma divisão de publicidade e propaganda naquele país, ligada à estrutura do

*ISBN: 978-85-7205-159-0*

Ministério das Relações Exteriores para fazer circular, entre a opinião especializada norte-americana, um noticiário "positivo" do país.

Instalado em Washington, esse serviço compreendia a contratação de uma agência de publicidade para trabalhar em torno dos interesses argentinos no país; possuía redatores dentro dos jornais e revistas americanos; dispunha de subsídios para jornais como *La Prensa*, de língua espanhola, bem como para agências de notícias. Contava ainda com uma diplomacia atuante, com adidos financeiros e econômicos – que articulavam os interesses do país na América do Norte (SOUZA LINS, 2013, p. 4).

O que se depreende desse estudo é que, desde o início do governo Vargas, o MRE vinha adequando a sua estrutura para atender às novas exigências de inserção do Brasil no novo conserto das nações, pós-crise de 1929. Cabia ao corpo diplomático, além das atribuições de comércio exterior, adequar a imagem do chamado governo revolucionário às possibilidades de abertura da nova ordem mundial e impedir ou "refutar notícias tendenciosas sobre o Brasil" (Cf. SOUZA LINS, 2013). Para tanto, os serviços diplomáticos tinham preocupação extrema com a imagem que circulava do Brasil no mundo por meio de jornais, revistas e noticiários em geral.

**Orientações para o programa pedagógico no exterior**

Em 1943, o governo brasileiro definiu as orientações para o Programa Pedagógico no exterior, impulsionado pela possibilidade de atuar conjuntamente com os países da América Latina no projeto de implantação da Universidade Interamericana, no Panamá. Como esse projeto não teve continuidade, por razões já mencionadas, esse programa passou a orientar as atividades culturais do governo no exterior, em especial na América Latina, como teremos a oportunidade de apresentar por meio da documentação referente às atividades do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro.

O projeto pedagógico do Brasil no exterior não compreendia somente o ensino do idioma português e da literatura brasileira, mas também demais a difusão de conhecimentos que oferecessem uma visão geral sobre o Brasil, como História, Geografia e Estudos Brasileiros (ARANHA, 1943). Teria a finalidade de difundir a cultura brasileira no exterior criando um ambiente de interesse, simpatia e aproximação entre os povos. As disciplinas não ofereceriam os conteúdos tradicionais ministrados nas escolas brasileiras, mas procurariam transmitir um conteúdo básico, para capacitar minimamente os alunos estrangeiros. Seria dada relevância à participação interativa do aluno.

*ISBN: 978-85-7205-159-0*

O mais antigo Instituto Cultural criado pelo Brasil na América Latina surge no contexto em que o governo Vargas empenha-se em explicar à sociedade brasileira e à opinião pública internacional as razões que, a seu ver, justificaram a tomada radical do poder em 1937. Muitos de seus inúmeros pronunciamentos, no início da década de 40, apontam para isso. O "golpe liberador", como denominou Vargas, fora necessário para corrigir distorções ditas liberais da Constituição de 34, e colocar o país no caminho do desenvolvimento econômico sob as rédeas seguras do Estado. Desenvolvimento que ocorreria no contexto de uma organização política e institucional centralizada, e com garantias de que o processo das reformas sociais teria continuidade. Paralelo a essa preocupação Vargas procurava em seus discursos mostrar que os 10 anos de seu governo, desde a Revolução de 30 até os três primeiros anos do Estado Novo, haviam servido "incondicionalmente aos altos e supremos interesses da nacionalidade" e que as conquistas sociais, especialmente as trabalhistas, haviam conseguido equilibrar as forças produtivas fundamentais no desenvolvimento do país.[4] Mas, ponderava o presidente, a reação aos princípios da "revolução" vindo de setores retrógrados da sociedade não satisfeitos com as mudanças, aliada aos interesses particularizados de partidos e agrupamentos sociais e políticos constituíram-se, após a Constituição de 34, em impedimento para que os compromissos dos líderes reformistas fossem cumpridos. Além de que, o próprio texto jurídico da Constituição permitia, segundo a interpretação do presidente, a manutenção de alguns privilégios econômico-financeiros a alguns setores e o surgimento de "ideologias exóticas".[5] E como consequência essa "inadaptabilidade" constitucional, o "golpe liberador" surge, segundo o presidente, como uma "imposição das forças vivas do país"[6] sem o qual a democracia política, seria apenas um valor retórico caso não se conjugasse com "a recuperação econômica, o saneamento financeiro e a ordenação social e cultural".

Era preciso convencer a opinião nacional e internacional, incluindo os países vizinhos, que ditadura e desenvolvimento eram variáveis de uma mesma perspectiva política de modernização nacional. Há uma bibliografia extensa sobre a importância do DIP para o cumprimento desse propósito e a relação entre a Imprensa e o governo Vargas, motivo pelo qual não reproduziremos essa discussão no presente estudo. Mas na análise da Revista *Letras Brasileñas*, periódico que circulou por toda a América Latina, e nas páginas da Revista Seiva, na sua edição paulista, destaca-se o empenho do governo, de

[4] VARGAS, Getúlio. Discurso pronunciado em 11 de novembro de 1940. p. 406. BIBLIOTECA Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Perfis Parlamentares, 2011. ARAÚJO, Maria Celina de (Org.). Coordenação de Biblioteca. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>.
[5] Vargas refere-se às ferramentas jurídicas, presentes na Constituição de 34, que poupavam as grandes empresas prestadoras de serviço ao Estado de taxas de impostos. Idem, p. 414.
[6] Idem, p. 414.

*ISBN: 978-85-7205-159-0*

convencimento e de identificação dos opositores do regime, daqueles que buscavam impedir a realização e seus propósitos.

A criação de institutos culturais na América Latina, primeiro no Uruguai e na sequência na Argentina e no Paraguai, nos anos quarenta, representa uma nova fase das relações culturais entre o Brasil e as demais nações, bem diferente dos primeiros intercâmbios do século XIX e começo do XX, quando as ações culturais envolviam (e beneficiavam) grupos reduzidos, seletos indivíduos. Para isso, o Brasil já possuía uma estrutura de governo mais organizada, com ministérios capazes de desenvolver políticas culturais de maior extensão e perenidade, que atingisse um número maior de pessoas. O programa cultural desenvolvido no Uruguai, foi considerado um programa modelar para as ações culturais semelhantes realizadas naquela mesma década em demais países da América Latina (Argentina e Paraguai).

**Primeiras atividades do ICUB: conferências, cursos, publicações e intercâmbios**

No dia 21 de agosto de 1940, na presença de diplomatas, representantes do governo uruguaio, jornalistas, universitários e demais intelectuais da cidade de Montevidéu, reunidos na sede do Ministério de Instrução Pública e Previdência Social, foram plantadas as bases do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro destinado "a fomentar por los mejores médios posibles el acercamiento espiritual del Uruguay y del Brasil" (ZEBALLOS. ICUB, ACTA 1). O primeiro passo, diríamos determinante, já havia sido dado para tal realização: a doação do Brasil ao governo do Uruguai das publicações que compuseram a mostra de livros brasileiros – em torno de 3 mil exemplares –, realizada em novembro de 1939 e que consistiria, segundo Zeballos, o primeiro patrimônio do Instituto e em um elo de ligação permanente entre os leitores e escritores do Uruguai e Brasil.

**Villa-Lobos e Gilberto Freyre confirmam a força do novo instituto cultural**

Esses primeiros anos de atividades seriam marcados pela presença do maestro Heitor Villa-Lobos (Héctor, para os uruguaios), em outubro de 1940, para uma apresentação musical e uma conferência nos salões da Universidade da República, oportunidade em que discorreu sobre o tema que mobilizava sua atenção naquele momento: o projeto de educação musical, implantado desde 1932 na rede de ensino pública federal, por determinação do governo Vargas.

*ISBN: 978-85-7205-159-0*

O programa pedagógico que dava nome à conferência denominava-se "La música al servicio de la educación cívico-social". Difundida por meio dos jornais locais e pelas emissoras de rádio, com respaldo do Departamento Cultural da cidade de Montevidéu, a visita de Villa-Lobos mostrou as possibilidades de trabalho do ICUB e a sua aceitação no meio cultural da cidade.[7] Villa-Lobos pertenceu à geração de músicos eruditos-modernos, tais como Camargo Guarnieri e Francisco Mignone, entre outros, que revalorizaram a cultura musical popular, incorporando o folclore rural e o cancioneiro popular às suas composições.

O Instituto encerraria as atividades de 1941 com um evento significativa da sociedade montevideana, convidando para uma conferência o antropólogo Gilberto Freyre (1900-1987) que estava de passagem pelos países do Cone Sul, com a esposa.

Autor de clássicos como *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1935), o antropólogo pernambucano movimentou a comunidade de intelectuais pelas polêmicas que despertavam sua interpretação sobre a formação do Brasil, sobre as questões sociais, hábitos e costumes dos grupos sociais no Brasil colonial. Denominada *A Propósito da Política Cultural do Brasil na América*, sua conferência seria publicada na íntegra pelo ICUB naquele ano e, em 1943, seria transformada em um dos capítulos de sua obra *Problemas Brasileiros de Antropologia* publicada pela Editora da Casa do Estudante do Brasil e depois pela José Olympio. A viagem a Montevidéu era parte de uma visita de observação de Freyre aos países do Cone Sul. Vários artigos foram produzidos durante esse percurso e publicados em jornais para os quais Freyre colaborava (FONSECA apud FREYRE, 2003, p. 35) [8].

Dentre as muitas reflexões de Freyre, os conceitos de americanidade, interamericanidade, expansionismo foram enfatizados complementando-se e alinhavando um discurso político de construção de uma identidade ameríndia dos povos americanos.

> A americanidade não é decerto um fenômeno ou uma condição biológica: sangue ou raça. Nem puramente geográfica. Longe de nós qualquer ideia de determinismo étnico ou geográfico. Qualquer mística ou religiosidade exclusivamente telúrica ou de raça. Não é preciso ter sangue ameríndio, falar guarani ou saber tupi para ser americano. Nem o simples fato de o indivíduo nascer na América fá-lo americano. Como fenômeno ecológico e condição sociológica, como um perfil novo da cultura no mundo, é que tanto a americanidade é tanto mais profunda onde assenta sobre a maior assimilação pelo

[7] Até hoje Villa Lobos é executado por grupos musicais no Uruguai e mobilizou, juntamente com Curt Lange, na época residindo em Montevidéu, os principais músicos do país.

[8] No Paraguai, para onde seguiu após Montevidéu, o antropólogo utilizou o mesmo ensaio para proferir um discurso de agradecimento, em fevereiro de 1942.

ISBN: 978-85-7205-159-0

> americano não diremos de sangue, ou só de sangue, mas de valores morais e materiais do indígena integrado na natureza americana. Não de valores cenográficos (...), mas de valores vivos e criadores, capazes de desentranhar em novas realizações ou manifestações de vida e cultura pela combinação com os valores de outras origens. Valores íntimos e às vezes subterrâneos que, entretanto, esclarecem quando descobertos, esse mistério social às vezes tão sutil que é a individualidade cultural e psicológica de um povo, sua personalidade, seu caráter, sua potencialidade, seu élan, sua resistência a toda espécie de colonialismo ou imperialismo que pretenda descaracterizá-lo (FREYRE, 1943 apud FONSECA, 2003, p. 38-39).

## Inauguração do programa pedagógico. Conferências e visita de Di Cavalcanti

Em 1942, o Instituto preparava-se para inaugurar seus cursos pedagógicos. O governo brasileiro enviou para o Uruguai sua equipe pedagógica para elaborar esses cursos, formada pelo pedagogo Antônio Houaiss, por Ruth Marques Salles, Albino Peixoto, além de outros que mencionaremos mais adiante. Enquanto isso, novas atividades mobilizavam a atenção da sociedade uruguaia e da imprensa local. Nesse mesmo ano, realizaram-se vários encontros entre uruguaios e brasileiros, alguns vindos do Rio Grande do Sul, Estado brasileiro que manteve uma proximidade muito grande com o ICUB, desde a sua fundação.

Outro fato de bastante repercussão na imprensa no ano de 1942 foi a presença de uma das maiores expressões do modernismo brasileiro nas artes plásticas, o artista Emiliano Di Cavalcanti, para duas mostras em Montevidéu: 3 de novembro, no Subterrâneo de Exposições da Comissão de Cultura de Montevidéu, teve lugar a "Mostra Di Cavalcanti": *Ultimos aspectos de la Pintura Brasileira*; e outra mostra paralela no tradicional Salón Moretti. Não foi a única vez que Di Cavalcanti esteve no Uruguai[9].

Dos participantes do Brasil, poderíamos definir ao menos dois tipos de participação: haviam os intelectuais, os artistas e os músicos convidados para ocasiões especiais (conferências, palestras, mostras de arte e concertos musicais), e havia um segundo modelo de participação, que eram daqueles vinculados diretamente ao programa pedagógico do Instituto e ao Programa de Intercâmbio Cultural do Itamaraty, os professores, técnicos e pesquisadores, que tinham o compromisso de ministrar ou dirigir determinado programa no Instituto, por, no mínimo, dois anos. Esses profissionais eram, normalmente, vinculados a universidades federais ou estaduais, como já mencionamos, e recebiam um passaporte temporário que poderia se renovar a cada dois anos, caso houvesse interesse das partes, podendo o profissional permanecer no país ou cumprir esse mesmo compromisso em outro país.

[9] Em 1955, o ICUB e a Comissão Nacional de Bellas Artes levaram ao Uruguai mais uma mostra de Di Cavalcanti. Catálogo publicado posteriormente pelo ICUB.

*ISBN: 978-85-7205-159-0*

Caso por exemplo de Antonio Houaiss que, depois do Uruguai, foi para a Argentina e para outros países mais; o pesquisador antropólogo Paulo de Carvalho Neto, que rodou toda a América Latina ministrando aulas sobre folclore e criando centros de pesquisas; ou o diretor pedagógico Albino Peixoto, que do Uruguai, onde permaneceu por 10 anos, foi para o Paraguai desempenhar a mesma função; o gramático e orientador pedagógico Dalton Boechet, que da Argentina foi para o Uruguai; entre muitos outros casos.

Do Brasil, podemos destacar os seguintes intelectuais: Manoelito de Ornellas, professor gaúcho de Literatura Hispano-Americana e Cultura Ibérica no Rio Grande do Sul, colaborador do ICUB que proferia palestra sobre Frederico Garcia Lorca (1946); Moysés M. Vellinho, escritor gaúcho, deputado estadual, conferencista do Instituto, cujo tema era *Panorama de la Literatura brasileña contemporânea*; Tania Franco Carvalhal, professora de Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade do Rio Grande do Sul e na Universidade de São Paulo, e no Uruguai ministrou cursos e conferências no ICUB e na Universidade; Décio Martins Coimbra, jornalista gaúcho e membro da primeira diretoria do ICUB; Antonio Houaiss, bacharel em Letras Clássicas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Brasil (RJ), permaneceu de 1943 a 1945 no Uruguai e foi professor de português no ICUB, sendo responsável pela organização dos primeiros cursos e dos primeiros materiais pedagógicos. Voltando ao Brasil, abraçou a carreira diplomática, servindo em vários outros países; Dalton Boechat, professor de Línguas e de Filosofia no Brasil, no Uruguai escreveu os Cadernos de Gramática do ICUB em 1953, 1954 e 1955, para alunos de Português do ICUB.

Boechat e Antonio Houaiss trabalharam juntos para criar uma metodologia do ensino da gramática brasileira. Ambos eram do Partido Comunista. Dalton Boechat só voltou para o Brasil em 1954 para trabalhar na Petrobras. Foi cassado após o golpe militar de 1964, segundo depoimento de seu filho, o jornalista Ricardo Boechat.

Marques Rebelo, jornalista, romancista, escritor brasileiro, formado em Direito pela Universidade do Brasil. Marques Rebelo foi da Academia Brasileira de Letras. No Uruguai promoveu várias exposições de artistas brasileiros, dentre as quais, *20 Artistas Brasileiros*, em 1945, realizada em parceria com ICUB e Secretaria Municipal da Cultura de Montevidéu.

Paulo de Carvalho Neto, antropólogo, um dos primeiros folcloristas do Brasil e pioneiro nos estudos sobre a cultura popular na América Latina. Era professor na Universidade Brasil. No Uruguai ministrou cursos de antropologia na Udelar e no ICUB. Produziu vários livros e ensaios em Montevidéu:

*ISBN: 978-85-7205-159-0*

*Concepto de Folklore*, *Folklore y Psicoanálisis* e *Folklore y Educación*. Em 1954 presidiu a delegação uruguaia no Congresso Internacional de Folklore de São Paulo. Walter Wey, escritor, professor de Literatura no ICUB, autor de Manual de Literatura Brasileira (ICUB), 1955, diretor da Seção Didática do Instituto; Iberê Camargo, pintor e gravador gaúcho, ministrou curso de gravura para alunos do ICUB; Melânia Silva de Aguiar, crítica literária, docente de Literatura, conferencista do ICUB; José Guilherme Melquior, embaixador do Brasil no Uruguai, escritor, ensaísta, crítico literário, membro da Academia Brasileira de Letras e depois de 1946, na Unesco; Bella Joseff, autora de livros sobre Literatura Hispânica, ministrou curso sobre Literatura Brasileira no ICUB.

Em 1932, José Lins do Rego publicou *Menino de Engenho*, seu primeiro romance. Obra essa que lhe rendeu o Prêmio da Fundação Graça Aranha. Em 1935, transferiu-se definitivamente para o Rio de Janeiro, onde exerceu a diplomacia e colaborou em vários jornais locais. No ano de 1943 publicou *Fogo Morto*, considerado sua obra prima e síntese do ciclo do açúcar. No ano de 1944, em missão oficial, foi à Argentina e ao Uruguai, onde fez várias conferências sobre literatura brasileira. O escritor uruguaio Emir Rodríguez Monegal dedicou-se a estudar as obras de Lins do Rego e em 1950 faz uma conferência no ICUB, que resultou em uma publicação (1952), analisando os principais romances do autor paraibano, e a sua importância para a literatura brasileira[10].

Além dos citados, inscrevemos dezenas de artistas de teatro, artistas plásticos e músicos brasileiros e uruguaios que se apresentaram durante as programações culturais do Instituto. Citamos alguns: Maria Lúcia Godoy, Aldemir Martins, Mario Cravo, Iberê Camargo, Lívio Abramo, Marcelo Grasmann, Fayga Ostrower, Francisco Kurt Lange, Arthur Moreira Lima, Vasco Prado, Ligia Clark, entre muitos outros.

## Referências Bibliográficas

ARANHA, Osvaldo. CPDOC-Arquivo Osvaldo Aranha. Rio de Janeiro. OA cp1937-05.03, Parte 1 e 2.

CIRCULARES do Ministério das Relações Exteriores 1930-1939. A versão oficial. Serviço de Cooperação Intelectual. Circular n. 903 de 13 de agosto de 1934. AHI-119/05/04. Cadernos do CHDD, n. 9. FUNAG, 2006. p. 129. Disponível em:<http://funag.gov.br/loja/download/345-Cadernos_do_CHDD_N_09.pdf>.

[10] *José Lins do Rego y algunos problemas de la novela brasileña*, palestra proferida por Emir Rodríguez Monegal em 18 de agosto de 1950. Publicada pelo ICUB na Série Conferências, 1952.

*ISBN: 978-85-7205-159-0*

_____. A Versão Oficial. Criação do Serviço de Cooperação Intelectual na Secretaria de Estado. Circular n. 1.130 de 6 de junho de 1937. AHI 119/05/06.Cadernos do CHDD, n. 9. FUNAG, 2006. p. 247. Disponível em:<http://funag.gov.br/loja/download/345- Cadernos_do_CHDD_N_09.pdf>. Acesso junho 2013.

_____. A Versão Oficial Circular nº 1.260 de 11 de novembro de 1938. AHI 444/05/05. Organização de Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual. Cadernos do CHDD, n. 9. FUNAG, 2006. p. 289. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/345-Cadernos_do_CHDD_N_09.pdf>. Acesso junho de 2013.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas (1889-1928)**. Identidades, união aduaneira e arbitragem. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Novo mundo dos trópicos**. São Paulo: Global, 2011.

_____. Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins. FONSECA, Edson Nery (Org.) Brasília. Ed. UnB e Imprensa Oficial SP. 2014.

FONSECA, Edson Nery (Org.). **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins.** Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2014.

MONEGAL, Emir Rodríguez. "José Lins do Rego y algunos problemas de la novela brasileña". 18 de agosto de 1950. Publicada pelo ICUB na Série Conferências.

NEPOMUCENO, M.M.C. A Missão Cultural Brasileira no Uruguai. A construção de um modelo de Diplomacia Cultural do Brasil na América Latina (1930-1945). Tese publicada no Banco de Teses da Universidade de São Paulo. Disponível em : <http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=12&Itemid=77&lang=pt-br&filtro=nepomuceno>.

SOUZA LINS, Lindersy F. Tomé de. Em papel timbrado: um país enunciado – A propaganda Brasileira nos Estados Unidos (1930-1940). Anais Publicados na Revista *ANPUH*, 2013, p. 4.

TRES AÑOS DE INTECAMBIO Cultural Uruguayo-Brasileño.1940-1943. **Memoria de la Comisión Directiva del Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño**. ICUB, 1940-1943. p. 1-35. Atas da Fundação e da Posse da primeira diretoria do ICUB. 1940.

ZEBALLOS, Luis Alberto, diplomata uruguaio. Acta n. 1. Fundación del Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño, 21 de maio de 1940. TRES AÑOS (…). AH-ICUB.